

O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS APLICADO A ANÁLISE DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES E SUAS ESPECIFICIDADES ALIMENTARES NO EXTREMO OESTE CATARINENSE[1]

THE APPROACH OF THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES (CBST) APPLIED TO THE ANALYSIS OF FAMILY AGROINDUSTRY AND THEIR FOOD SPECIFICITIES IN WESTERN SANTA CATARINA

Daniela Lauermann
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
daniela.lauermann@ifsc.edu.br

Adinor José Capellesso
Doutor em Agroecossistemas. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)
adinor.capellesso@ifsc.edu.br

Marcio Gazolla
Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR.
marciogazolla@utfpr.edu.br

GT 10: Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo
Este artigo tem como objetivo articular os conceitos da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) com as especificidades das agroindústrias familiares e os seus diferenciais de qualidade dos alimentos elaborados e comercializados nos mercados alimentares. A pesquisa foi realizada na Região do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMOESC). Os dados quantitativos provêm de uma pesquisa realizada pela EPAGRI em 2017, que foi replicada novamente e atualizada em 2021 pelos pesquisadores. Além disso, utiliza-se dados secundários do Censo Agropecuário de 2017, retirados do Sistema Automático de Recuperação de Dados (SIDRA/IBGE). Os resultados da pesquisa revelam que as agroindústrias familiares estão situadas ao longo de todo o território da AMOESC, o que favorece a articulação de ações coletivas que visam promover o desenvolvimento territorial. A diversidade de alimentos agroindustrializados artesanalmente, suas qualidades específicas e com vinculação ao saber fazer, cultura e história regional são predominantes e potenciais componentes de uma CBST.

Palavras-chave: Agroindústrias familiares. Cesta de bens e serviços territoriais. Mercados alimentares. Estratégias de qualificação alimentar. Desenvolvimento territorial.

[1]Este artigo é parte dos resultados de atividades de pesquisas previstas nos projetos "O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável" e "Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais" financiados, respectivamente, pelo Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00) e Edital de Chamada Pública FAPESC Nº 12/2020-Programa de Pesquisa Universal (Termo de Outorga Nº 2021TR000531).Este artigo também é parte dos resultados de atividades de pesquisas previstas no projeto "Mercados alimentares digitais no Brasil: inovações, dinâmicas e limites das experiências de comercialização online de alimentos da agricultura familiar no contexto da pandemia da Covid-19" financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da Chamada 04/2021 (Processo 303942/2021-5).

Abstract
This article aims to articulate the concepts of the Basket of Territorial Goods and Services (CBST) with the specificities of family agroindustries and their differentials in the quality of foods prepared and sold in food markets. The research was carried out in western Santa Catarina (AMOESC). The quantitative data comes from an EPAGRI survey, in 2017, which was replicated again and updated in 2021 by the researchers. In addition, secondary data from the 2017 Agricultural Census is used, taken from the Automatic Data Recovery System (SIDRA/IBGE). The research results reveal that family agro-industries are located throughout the entire territory of AMOESC, which favors the articulation of collective actions aimed at promoting territorial development. The diversity of artisanal agro-industrial foods, their specific qualities and linked to know-how, culture and regional history are predominant and potential components of a CBST.

Key words*:* Family agroindustries. Basket of territorial goods and services. Food markets. Food qualification strategies. Territorial development.

1. Introdução

O desenvolvimento territorial a partir de recursos e ativos específicos do território é tema com significativo acúmulo de estudos. Nesta abordagem, os territórios são entendidos ao mesmo tempo como um espaço geográfico delimitado e como palco de construção social dos atores (PECQUEUR, 2005). A valorização do território é oportunizada pela interação entre os diferentes atores sociais e a combinação da diversidade de conhecimentos, saberes, tradições e costumes que são construídos e acumulados ao longo da história, em um determinado espaço geográfico (BENKO; PECQUEUR, 2001). Entre as inovações mais recentes nesse referencial destacam-se os estudos que buscam contemplar as sinergias entre diferentes iniciativas, o que resultou na formulação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) (PECQUEUR, 2001).

Na CBST os produtos agroalimentares com especificidades territoriais são considerados um elemento chave dos territórios. A mobilização dessas especificidades tem dado base à construção de experiências que se contrapõe à lógica do sistema alimentar global, cada vez mais direcionado aos ganhos de escala e aos processos padronizados. Se a produção era quem ditava o consumo de forma unidirecional, nas últimas décadas ampliou-se a capacidade dos consumidores expressar suas demandas. A preferência de compra permitiu criar espaços para produtos que valorizam a preservação de características diferenciadoras nos alimentos, a preservação ambiental, o patrimônio histórico, a biodiversidade e formas de produção tradicional e/ou artesanal (HIRCZAK *et al*., 2008). Muitos consumidores buscam fugir de problemas associados ao modelo de produção agrícola produtivista, dos produtos da indústria e de alimentos que geram mudanças climáticas, problemas ambientais, econômicos e sociais (LANG; BARLING, 2013; PARSON; HAWKES; WELLS, 2019). Em complemento, o apelo à saúde e o hedonismo tem orientado consumidores a alimentos produzidos em sistemas de base ecológica (GIMÉNEZ; SHATTUCK, 2011; McKENZIE; WILLIAMS, 2015) e/ou com notória qualidade construída a partir do saber fazer e de processos histórico-culturais do território (REQUIER-DESJARDINS; SALCIDO, 2020).

A compreensão da diversidade de produtos da agricultura familiar abre possibilidades para converter tais recursos em ativos específicos que sustentem o desenvolvimento (CAZELLA *et al.*, 2020a). Os alimentos agroindustrializados a partir do saber fazer dos agricultores, que é acumulado e repassado entre gerações, são um exemplo de recurso com potencialidade para se transformar em um ativo específico (VENDRUSCOLO; CERETTA; FROEHLICH, 2019; CAZELLA *et al.*, 2019). Nesse sentido, a aplicação do enfoque da CBST aponta para a necessidade de identificar e compreender as características que os distinguem de outros territórios, a fim de promover um desenvolvimento de forma duradoura (PECQUEUR, 2001; MOLLARD, PECQUEUR, 2007).

No Extremo Oeste catarinense, estudos prévios com o enfoque da CBST identificaram as agroindústrias familiares (AGFs) como componentes potenciais de uma cesta (CAPELLESSO *et al*., 2021; TECCHIO *et al*., 2021). Buscando fugir da competição direta com as grandes agroindústrias, que atuam com base em economias de escala e estandardizada, essas pequenas e médias agroindústrias geralmente acessam mercados alimentares diferenciados que valorizam laços sociais e os diferenciais de qualidade mobilizados em sua produção, a exemplo da artesanalidade. Entre esses pode-se apontar canais de comercialização específicos, matérias primas diferenciadas, o saber-fazer dos agricultores associado a história e cultura dos povos que ocuparam a região (DORIGON; RENK, 2011).

Seguindo a proposta de compreender melhor o papel das agroindústrias familiares e como essas podem gerar o efeito cesta na interação com os demais produtos e serviços, o presente estudo objetiva articular os conceitos de CBST com as especificidades das agroindústrias familiares e os seus diferenciais de qualidade dos alimentos elaborados e comercializados nos mercados alimentares. Essa discussão é traçada a partir da apresentação de um panorama geral das agroindústrias familiares presentes no território da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMOESC). Para tanto foi mobilizado os dados secundários do Censo Agropecuário de 2017 e de uma pesquisa conduzida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) no ano de 2017, os quais foram comparados e correlacionados com uma nova pesquisa realizada, com atores chaves dos municípios, em 2021.

O texto está estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na parte a seguir faz-se um breve resgate dos conceitos da CBST, que pode ser mobilizado para orientar as análises nos territórios especialmente relacionando com as especificidades dos alimentos e de qualidade nas AGFs. Na segunda parte apresenta-se a metodologia da pesquisa. Na terceira parte apresenta-se os dados das AGFs e analisa-se suas especificidades produtivas e de qualidade alimentar.

2. O referencial teórico metodológico da CBST e as agroindústrias familiares

A perspectiva teórico-metodológica da CBST foi concebida no contexto dos territórios rurais franceses (PECQUEUR, 2001; BENKO; PECQUEUR, 2001). Os pesquisadores chegaram a esse enfoque a partir da mobilização do conceito de desenvolvimento territorial na análise de experiências concretas que promovem recursos e ativos específicos. Como uma teoria *ex post*, a cesta de bens é definida "como sendo uma expressão de oferta específica, compósita e territorializada" (PECQUEUR, 2006, p. 146).

Esta abordagem considera o território a partir de duas concepções distintas, que não são excludentes, mas sim complementares. O território-dado é um espaço geográfico delimitado, geralmente institucionalizado em categorias político-administrativas (a exemplo dos municípios e distritos). Já o território-construído corresponde às relações construídas entre os diferentes atores sociais (PECQUEUR, 2005). Nesse sentido, Dallabrida *et al*. (2021) destacam que pode coexistir mais de um território-construído em um determinado território-dado. Ou ainda, que o território-construído geralmente não respeita os limites de um território-dado.

As características da geografia física do território oferecem bases sobre as quais se constroem relações entre os atores ao longo do tempo, as quais podem possibilitar a formação de recursos e ativos territoriais. Os recursos materiais e imateriais são considerados uma reserva que pode ser mobilizada por meio da ação articulada dos atores. Os recursos têm um potencial latente para utilização ou revelação, encontrando-se em estado virtual. Já os ativos são aqueles recursos que já foram revelados e estão sendo utilizados, sobre os quais podem ocorrer otimizações e novas conexões (PECQUEUR, 2001; BENKO; PECQUEUR, 2001). Contudo,

deve-se destacar que a distinção como recurso ou ativo não segue categorias estanques, mas uma gradação com níveis intermediários que dificultam a classificação.

A distinção dos recursos e ativos em genéricos ou específicos é central nessa formulação. Os genéricos têm valor não associado ao processo ou local de produção, podendo ser encontrados em diferentes territórios ou ser de fácil mobilidade e transferência. Já os específicos possuem um valor associado ao local e ao processo produtivo, tendo sua reprodução limitada ao território ou com elevado custo de transferência. Esses recursos podem ser mobilizados a partir da combinação e interação da diversidade de conhecimentos, saberes e costumes construídos socialmente ao longo do tempo. A ativação pode promover um desenvolvimento territorial com capacidade de diferenciar o território de forma mais duradoura, pois são recursos intransferíveis e forjados a partir de condições únicas (PECQUEUR, 2001; BENKO; PECQUEUR, 2001).

A busca de especificidades territoriais é um fator-chave para promover a diferenciação mais duradoura dos territórios (KOOP; LANDEL; PECQUEUR, 2010). A vantagem diferenciadora se assenta na especificação de ativos e recursos que carreguem a identidade territorial nos bens e serviços ofertados, mobilizando e fortalecendo a reputação dos produtos do território (DALLABRIDA, 2012). Salienta-se que a especificidade do recurso e do ativo pode ser encontrada a partir de suas características próprias ou pode ser construída pelos atores a partir da associação original entre diferentes recursos e ativos (FRANÇOIS *et al*., 2006).

Considerando que o efeito cesta pressupõe a presença de diferentes produtos e serviços que compartilham a identidade e os atributos territoriais (paisagem, história, cultura), a sua viabilização é decorrente de ações conjuntas entre os diferentes atores, sejam eles privados, públicos ou associativos (PECQUEUR, 2001). Nesse sentido, Mollard e Pecqueur (2007), apontam que para a formação de uma CBST é preciso: inventariar o conjunto de bens e serviços com notória qualidade; a interação entre bens e serviços públicos e privados; e a articulação entre os diferentes atores. Para a compreensão da CBST deve-se observar a oferta e a demanda por bens e serviços com notária qualidade e identidade do local/território, os elementos públicos, tais como a paisagem, a cultura e história local e, por fim, o grau de governança territorial entre os agentes públicos e privados.

A partir de pesquisas empíricas em diferentes territórios rurais franceses, verificou-se que podem existir diferentes tipologias de cesta: a) a CBST, tal como formulado originalmente, com diferentes produtos e serviços de qualidade específica articulados; b) o modelo de cesta híbrida, em que ocorre a oferta de bens e serviços genéricos e específicos; c) o modelo de cesta *top-down*, no qual há predominância de ações partindo do poder público, existindo um desequilíbrio de força entre os diferentes atores; d) o modelo de iniciativas justapostas, que apresenta uma dispersão de iniciativas de produtos e serviços com pouca ou nenhuma governança territorial entre si (HIRCZAK *et al.*, 2008). Segundo Cazella *et al.* (2020a), o modelo de cesta hibrida é predominante no caso brasileiro. Assim, coexistem em um mesmo território (por vezes, em um mesmo local de produção) alimentos, produtos e serviços genéricos com outros que possuem especificidades territoriais.

Avançando nessa compreensão, pesquisas realizadas em diferentes territórios da região Sul do Brasil identificaram inúmeros alimentos, produtos e serviços produzidos pela agricultura familiar dotados de especificidades territoriais. Vendruscolo, Ceretta e Froehlich (2019) ressaltam a vinculação da produção agroalimentar, sobretudo das AGFs, com o processo de colonização e a origem dos colonizadores da região Sul. Como exemplo, o queijo colonial é tradicionalmente produzido e consumido pelas famílias agricultoras. Nesse sentido, os chamados produtos coloniais são carregados de simbolismo (DORIGON; RENK, 2011). Já Cazella *et al*. (2019) indicam que na Serra catarinense são encontrados ativos específicos como

o mel de melato, o queijo serrano e a maçã de altitude. Essas especificidades resultam de uma combinação das condições geográficas com o saber fazer dos agricultores.

Na região Extremo Oeste de Santa Catarina, Capellesso *et al.* (2021) identificaram como recursos em processo de ativação o milho crioulo e as agroindústrias familiares. Embora o milho crioulo não possa ser considerado um recurso específico, os atores locais foram hábeis em construir uma imagem em Anchieta (SC), capital nacional das sementes crioulas. Logo, o saber-fazer dos agricultores, aspectos culturais e históricos do território e dos atores sociais envolvidos podem conferir a esses alimentos uma ligação ao território e ser canalizados para a valorização dos produtos (REQUIER-DESJARDINS; SALCIDO, 2020).

Gazolla (2013) explana que as agroindústrias familiares são aquelas em que: a) produção, trabalho e gestão são realizados pela família; b) que autocontrola a base material de recursos; c) trabalha com uma pequena ou média escala de produção com qualidade diferenciada e dotadas de especificidades; d) utilizando matéria-prima própria; e) agrega valor por meio da transformação, da associação com o trabalho familiar e das qualidades específicas; f) canaliza a produção para os mercados de proximidade social ou territoriais.

Nessa direção, as agroindústrias familiares são reconhecidas por manterem uma produção diferenciada, com o processamento de alimentos ligado a tradição familiar e regional (WILKINSON; MIOR, 1999). A reputação de qualidade diferenciada que vem sendo construída ao longo do tempo representa uma valorização estratégica aos alimentos agroindustrializados. Essa pode ser transformada em uma vantagem diferenciadora a partir da combinação de processos produtivos artesanais (marcados pelo saber-fazer, simbolismo cultural e histórico) com elementos no âmbito do território (paisagem, cultura regional, aspectos ambientais) (SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

De acordo com Maluf (2004), a vinculação dos aspectos territoriais para a valorização dos alimentos agroindustrializados e o acesso aos mercados, pode-se dar a partir da: a) agregação de valor ao produto por meio de uma associação positiva com o território de origem; b) da aproximação entre os consumidores e produtores, situando a produção no espaço territorial; c) das relações de cooperação entre os diferentes produtores presentes no território que permitem o compartilhamento de conhecimentos, agregação da produção (escala) para acessar a determinados mercados, diluição de custos de transporte, entre outros.

Os diferenciais de qualidade dos alimentos produzidos pelas agroindústrias familiares se formam a partir da singularidade da trajetória de construção desses empreendimentos, que se diferenciam substancialmente das agroindústrias convencionais. A construção desses diferenciais se alicerça na "forma de produção da matéria-prima a ser processada (própria, local, natural e/ou ecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal)", e ainda, as "relações de confiança e de reciprocidade" que são construídas entre os diferentes atores sociais que interagem ao longo do processo produtivo e de comercialização. A esses se agregam as relações construídas entre consumidores e agricultores devido aos tipos de mercados (geralmente face a face) em que esses alimentos circulam (MIOR, 2007, p. 10).

Na proposição da CBST, essa produção diferenciada é ofertada nos chamados mercados territoriais, havendo grandes possibilidades de sinergia com o turismo rural ou o agroturismo (MOLLARD; PECQUEUR, 2007). Para Cazella *et al.* (2019), o turismo tem potencial para promover o acesso do público externo aos alimentos agroindustrializados, produtos e serviços específicos ofertados pelo território. No entanto, deve-se considerar o papel relevante desempenhado pelos circuitos curtos de comercialização, que favorecem o consumo junto à comunidade local/territorial. Quando alguns produtos específicos já são reconhecidos pela qualidade e alcançam consumidores externos, como o mel de melato da Serra Catarinense, essa reputação pode ser mobilizada por outros produtos e serviços para acessar novos mercados.

A maior parte da comercialização das AGFs (formais ou informais) ocorre de forma direta (face a face), em cadeias curtas de comercialização (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2015). Em estudo conduzido na região Norte do Rio Grande do Sul, Gazolla (2020) verificou que as AGFs comercializam por esses canais mais de 50% da produção. Assim, os consumidores locais e territoriais assumem um papel importante no processo de valorização destes alimentos diferenciados. Esses alimentos circulam também por outros canais de comercialização, dentro ou fora do território de origem, como as feiras comerciais, eventos e festas (correspondendo 9,4% das vendas) e em canais coletivos ou redes de comercialização, como é o caso de associações e cooperativas que organizam ou promovem a venda de forma coletiva (representando 4,9% das vendas). Todos estes canais de vendas, representam possibilidades para promover o território junto aos consumidores internos e externos ao território.

Embora existam muitas agroindústrias familiares formais, persistem muitos agricultores com dificuldades para atenderem as normas sanitárias (VENDRUSCOLO; CERETTA; FROEHLICH, 2019). Para Ferrari *et al*. (2013), a informalidade dos produtos não é impeditiva para acessar alguns mercados, como os de proximidade. É que nesses mercados prevalece os mecanismos de confiança e reciprocidade para a realização das transações comerciais (FERRARI *et al.*, 2013; SCHNEIDER, 2016). No entanto, o selo conferido pelo cumprimento da legislação sanitária permite acessar consumidores por mercados mais impessoais e a distância, ampliando o volume potencial de comercialização. Contudo, os custos elevados para a adequação dos estabelecimentos em conformidade com as normas sanitárias, em muitos casos, inviabilizam o funcionamento desses estabelecimentos que trabalham com uma pequena escala de produção (WILKINSON, 2008). Essa informalidade em unidades de processamento de alimentos de qualidade diferenciada representa um fator que restringe a diversificação dos canais de comercialização ou o acesso a outros mercados. Refletindo na limitação da capacidade de agroindustrialização (ou de utilizar toda a capacidade) destas AGFs (ETGES; KARNOPP, 2020).

Muitos consumidores procuram alimentos considerados naturais (saudáveis), com características que resgatem momentos marcantes de sua vida e de sua família. Essa valorização cultural associa-se ao gosto construído em torno dos sabores durante a infância conferindo notoriedade a tais produtos. No caso do Extremo Oeste catarinense, destaca-se que as cidades locais são formadas por pessoas que mantém o imaginário construído antes do êxodo rural, depois reproduzido nos hábitos familiares e alimentares. O acesso a produtos de qualidade ocorre, muitas vezes, via as redes de parentesco e amizade junto ao público remanescente no campo, que da base aos mercados informais. Ao encontrar essa demanda, observa-se que a comercialização face a face dos alimentos agroindustrializados ocorre mesmo antes da formalização das agroindústrias e contribui para a construção e consolidação da reputação de qualidade e especificidade dos alimentos processados nestas unidades produtivas (DORIGON; RENK, 2011).

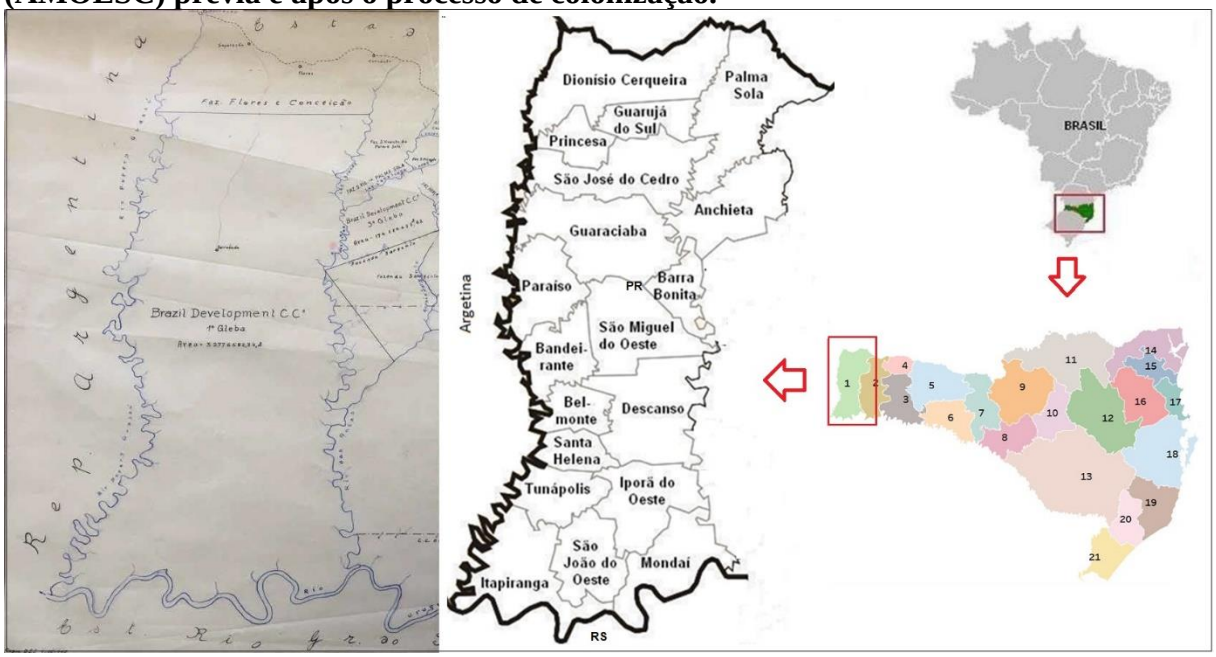
Esse processo é verificado a partir da demanda pelos chamados produtos coloniais, que pode ser exemplificado através do queijo colonial, galinha caipira e ovos coloniais (e seus derivados) em diferentes canais de comercialização (feiras livres, na propriedade do agricultor entregas no trabalho dos consumidores ou em suas residências, dentre outras formas). Essa consolidação prévia de tais produtos é justamente o que estimula ou possibilita a formalização de diversas AGFs. Esse processo pode ser individual ou de forma coletiva (por meio de cooperativas ou associações) e visa acessar novos mercados e diversificar os canais de comercialização utilizados (DORIGON; RENK, 2011). A inserção desses alimentos nos mercados, representa uma potencialidade para a construção de novas dinâmicas territoriais, visto que, a partir do valor de troca, que é acompanhado pela agregação de valor desses alimentos, há geração de renda e a possibilidade de melhores condições socioprodutivas no

meio rural (ETGES; KARNOPP, 2020). E ainda, o território se beneficia por meio da diversificação econômica gerada pelos diferentes dinâmicas em que as agroindústrias se inserem. Considerando também, que essas atividades podem fortalecer a produção de base ecológica, dentre outros sistemas produtivos locais (MIOR, 2007).

3. Recorte geográfico da pesquisa e procedimentos metodológicos

O recorte geográfico do estudo adota o território-dado da Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMOESC), que é composta por 19 municípios (Figura 1). Entre os povos constituintes, a cultura indígena aparece mais nas mesclas culturais, como a íntima relação com a erva mate. No final do Século XIX e início do Século XX, essa era extraída das matas por comunidades caboclas seminômades, as quais não detinham a posse da terra. O caráter migratório e ausência de propriedade se associava à própria incerteza do território dado, uma vez que a região foi disputada entre Brasil e Argentina até 1895, seguindo-se a disputa entre Paraná e Santa Catarina até 1917.

Figura 1- Região da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense (AMOESC) prévia e após o processo de colonização.



Fonte: Adaptado de Capellesso (2016) e Klug e Lima (2018).

Uma vez estabelecidos os limites geográficos, o estado passou a promover dinâmicas para tomar posse da região. As matas densas limitaram o estabelecimento da pecuária extensiva. Mesmo assim, nas primeiras décadas pós delimitação do território dado estabelecem-se algumas fazendas de gado, que vão abrir alguns caminhos pelo interior. A atividade econômica predominante continua a ser a erva mate, extraída por comunidades seminômades com origem controversa. Campos (2013) aponta a existência de migrantes advindos de estâncias do Rio Grande do Sul, fugitivos da Guerra do Contestado e trabalhadores remanescentes da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Em sua maioria masculina, esses miscigenaram com as índias locais, dando origem a famílias numerosas. Contudo, a ausência de titulação das terras associada à dinâmica imposta pelas colonizadoras acabou por afetar a continuidade desse

modelo. Essas populações caboclas foram perdendo espaço e migrando para as cidades ao longo do Século XX, registrando-se o gradativo desaparecimento das comunidades (RENK, 1997).

Essa mudança ocupacional decorre da concessão das terras do Extremo Oeste à Brazil Railway Company como parte do pagamento pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Essa já havia organizado a subsidiária Brazil Development & Colonization Company para organizar o loteamento e a colonização das terras. Contudo, dado os limites de prazos para ocupação até 1945, essa vendou as áreas para distintos projetos colonizadores regionais, os quais diferiram significativamente entre si e contribuíram para a ampliação da diversidade cultural. Em síntese, a região passou a ser ocupada predominantemente por descendentes de imigrantes teuto-germânicos, italianos e poloneses que trouxeram seus saberes sobre a produção de alimentos (BAVARESCO; FRANZEM; FRANZEM, 2013). Em complemento, os alimentos tradicionalmente produzidos e consumidos pelos caboclos residentes no território passaram a ser produzidos e consumidos pelos novos colonos, geralmente, oriundos de projetos mais antigos de colonização do Rio Grande do Sul (RENK, 1997). E sobre esse contexto e essa diversidade que se estabelece a dinâmica de formação das agroindústrias familiares no território.

Seguindo o propósito de apresentar uma ligação do enfoque da CBST com as agroindústrias familiares existentes no Extremo Oeste Catarinense, a pesquisa adotou recorte metodológico de cunho quantitativo e descritiva. A abordagem quantitativa permite apresentar os resultados por meio de um conjunto de informações numéricas, que podem ser organizadas em quadros, figuras e tabelas (MARCONI; LAKATOS, 2022). Já o caráter descritivo visa apresentar algumas características de sua distribuição ao longo do território, alimentos produzidos e de sua articulação com os conceitos da CBST (GIL, 2022). Para isso são mobilizados dados primários de uma pesquisa com atores chaves dos municípios (2021) e dados secundários da EPAGRI (2017) e do Censo Agropecuário 2017.

Segundo Gil (2022), as pesquisas do tipo levantamento consistem no questionamento a um número significativo de individuas acerca do problema investigado e apresenta-se como uma técnica adequada para os estudos descritivos. Os informantes foram acessados por meio telefônico e/ou e-mail, de acordo com a disponibilidade ou conveniência, entre os meses de agosto e outubro de 2021. Dispondo de dados secundários dos empreendimentos verificados pela EPAGRI em 2017, os atores foram questionados sobre a continuidade das agroindústrias e sobre os empreendimentos que estão em atividade atualmente (2021). Tal condição permitiu levantar as agroindústrias que permanecem e cessaram as atividades, sendo que as demais representam uma estimativa das criadas após 2017. Isso porque não se tem precisão se alguma delas preexistia e sua presença refere-se a uma mudança nos critérios abaixo elencados.

Na pesquisa realizada pela EPAGRI, os critérios de inclusão das agroindústrias foram: gestão ou posse de agricultores familiares pronafianos; empreendimentos que tivessem finalidade econômica, com destino sistemático da produção aos mercados alimentares; que gerassem ou possuíam potencial para gerar renda aos agricultores; acessassem a estrutura ou espaço físico específico para a atividade; e por fim, fossem estabelecimentos legalizados ou com condições para legalização (REITER *et al.*, 2019). Já na pesquisa de 2021, o critério utilizado foi o de agroindústrias presentes no espaço rural que possuem força de trabalho predominantemente familiar. Portanto, não foi limitado a estabelecimentos geridos pela agricultura familiar, embora, o conhecimento prévio das iniciativas regionais pelos pesquisadores, faz pensar que as AGFs são a maioria dos empreendimentos, sendo que os dados levantados em 2021 estão alinhados com o da pesquisa da EPAGRI de 2017.

Outra base de dados secundários foi o Censo Agropecuário de 2017 (Tabelas 6961 e 6902), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a), através do Sistema Automático de Recuperação de Dados (SIDRA). Nesse caso, faz-se a

ressalva quanto ao conceito de agroindústria adotado no Censo. O IBGE considera como produtos da agroindústria rural aqueles que são beneficiados ou transformados em instalações próprias no estabelecimento agropecuário, em instalações comunitárias ou de terceiros. A matéria prima para a agroindustrialização pode ser própria ou de terceiros, em que a destinação final do alimento agroindustrializado deve ser providenciada pelo produtor (agricultor (a) responsável pelo estabelecimento agropecuário (IBGE, 2019b). Diferenciando-se do conceito adotado no levantamento, no Censo não há necessidade de legalização sanitária e seu destino pode ser exclusivamente para o consumo da família. Ainda, o conceito de agroindústria rural, subentende-se que as agroindústrias podem estar em qualquer um dos tipos de agriculturas (familiar ou não familiar), embora, o SIDRA permite retirar e separar os dados dos dois tipos de agriculturas. Por fim, os dados coletados foram tabulados no Microsoft Excel e analisados através da estatística descritiva (frequência relativa e frequência absoluta), cuja uma das finalidades é organizar e apresentar os dados permitindo a sua interpretação (COUTINHO, 2013).

4. Especificidades das agroindústrias familiares e qualidade diferenciada dos seus produtos e alimentos: potencialidades para compor uma CBST na Região da AMOESC

Os dados censitários apresentados neste tópico fazem distinção entre a região da AMOESC e a região imediata de São Miguel do Oeste[2]. O Censo Agropecuário de 2017 evidenciou a presença 10.071 estabelecimentos que agroindustrializam alimentos na região imediata de São Miguel do Oeste, gerando um valor total da produção anual de R$ 77.870.000,00. Desse total, 1.419 estabelecimentos agropecuários declararam que obtiveram receitas com atividade de agroindústrias rurais. A agroindustrialização de alimentas nessas unidades produtivas gerou um valor de venda correspondente a R$ 14.858.000,00, o que fica muito abaixo do valor total, devido parte dos alimentos serem consumidos pelas próprias familias. Como destacado por Dorigon e Renk (2011), os produtos comercializados são os mesmos que as famílias consomem habitualmente, observando-se que a agroindustrialização é realizada predominantemente para consumo familiar, enquanto outra parcela se destina a venda.

A diferença entre o valor total produzido e o valor comercializado evidencia que a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo das famílias. Estudos recentes também evidenciam que as relações sociais explicam dinâmicas de doações e alimentos em famílias multilocalizadas (CAZELLA *et al.*, 2020b; NESI *et al.*, 2019), trocas entre os membros da comunidade, vizinhos e parentes. Salienta-se que a maior parte é destinada ao consumo na unidade produtiva e que o processamento nas cozinhas domésticas assume um papel importante para a preservação e transmissão dos conhecimentos sobre os processos de agroindustrialização dos alimentos de acordo com a tradição familiar (receitas da família).

A expressividade da produção para autoconsumo também está relacionada com a formação histórico-cultural da região. A diversidade sociocultural dos povos e as restrições a trocas comerciais contribuiu para a constituição de uma agricultura de subsistência, focada na produção para autoconsumo, dado o reduzido comércio externo nas décadas iniciais de colonização. Essa se expressa também na vida sociocultural das comunidades, sendo que tais alimentos passaram a fazer parte das festas e do modo de vida local. Essa riqueza de conhecimentos sobre produção, processamento e conservação de alimentos é valorizada pelas populações locais nesses eventos. À medida que muitos agricultores migraram para as cidades,

[2] A região imediata de São Miguel do Oeste adotada pelo IBGE possui 20 municípios e difere da região da AMOESC por deixar de fora o município de Mondaí, enquanto inclui Flor do Sertão e Romelândia. Essa é a região do IBGE que mais se aproxima do recorte da Associação em termos de abrangência e permite agregar alguns dados que não é possível pela soma dos municípios.

o interesse em consumir tais produtos representa o resgate de uma memória ainda presente. Essa se mantém viva nas trocas entre familiares, especialmente, quando esses buscam tais alimentos junto aos residentes no espaço rural (CAZELLA *et al*., 2019). É nesse estoque de saber-fazer, de tradição e consumo que muitas AGFs encontram qualidades para produzir alimentos diferenciados. Todos estes elementos descritos, possuem potencialidades de formar uma cesta de bens e de serviços territoriais.

Na Tabela 1 encontram-se sintetizados os dados censitários sobre os estabelecimentos agropecuários que possuem agroindústria rural, os tipos de produtos e os valores totais e de vendas provenientes dessa produção. Em relação a produção total (venda + autoconsumo ou outra finalidade que não seja a comercial) evidencia a importância dos produtos de origem animal, que representam 84,5% do valor total da produção. Entre esses: a) a carne bovina corresponde ao produto com a maior representatividade no valor total da produção (35,5%) e estando presente em 8.625 estabelecimentos; b) carne suína representa a segunda maior parcela no valor total (18,4%), desenvolvida em 7.345 estabelecimentos; c) carne de outros animais, em que se inclui a galinha caipira, representa 12,5% do valor total, abarcando 6.597 estabelecimentos; d) o queijo e o requeijão (12,09%), presente em 3.089 estabelecimentos; e) os embutidos correspondem a 5,2% do valor e são agroindustrializados em 3.285 estabelecimentos.

Tabela 1 – Região AMEOSC e imediata de São Miguel do Oeste - Número de estabelecimentos agropecuários que possuem agroindústria rural, quantidade produzida, valor total e valor das vendas

	Região Ameosc	Região imediata de São Miguel do Oeste				
Principais produtos	**Nº de estabeleci-mentos**	**Nº de estabeleci-mentos**	**produção (kg ou L)**	**Vendas (kg ou L)**	**% do valor total da produção**	**% do valor total das vendas**
Carne bovina (kg)	7.725	8.625	2.773.000	166.000	35,5	10,3
Carne suína (kg)	6.545	7.345	1.927.000	40.000	18,4	2,1
Carne de outros animais (kg)	5.705	6.597	797.000	168.000	12,5	7,2
Embutidos (kg)	2.866	3.285	253.000	14.000	5,2	1,6
Queijo e requeijão (kg)	2.653	3.089	703.000	486.000	12,9	46,8
Melado (kg)	1.805	2.026	346.000	181.000	2,9	8,3
Pães, bolos e biscoitos (kg)	1.217	1.511	269.000	32.000	4	2,1
Doces e geléias (kg)	1.185	1.418	70.000	28.000	1	1,7
Aguardente de cana (L)	53	57	227.000	119.000	2,51	5,4
Vinho de uva (L)	309	339	208.000	80.000	2,1	3,6
Suco de frutas (L)	462	522	74.000	33.000	0,73	1,6
Outros	x	x	x	x	2,3	9,3
Total	**9.192**	**10.071**	**x**	**x**	**77.870.000,00**	**14.858.000,00**

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA/IBGE, 2019a). **Nota**: Destaca-se que na tabela o uso dos dados da região imediata de São Miguel do Oeste se deve ao fato desse ser o recorte com maior similaridade ao da AMOESC. Como o IBGE oculta dados quando há até três informantes, não há como chegar ao novo recorte a partir dos dados dos municípios da AMOESC para a maior parte dos produtos. A região imediata de São Miguel do Oeste difere da AMOESC por contar com os municípios de Romelândia e Flor do Sertão e não incluir mondai.

Quanto aos alimentos agroindustrializados de origem vegetal, a representatividade deles no valor total corresponde a somente 7,9%. Os alimentos de maior destaque são os panificados, que contabilizam 4% do valor total e se fazem presentes em 1.511 estabelecimentos. Na sequência aparece o melado com 2,9% (2.026 estabelecimentos) e os doces e geleias com 1% (1.418 estabelecimentos). Por fim, um terceiro grupo composto pelas bebidas equivale a 5,34% do valor total. Nesse grupo encontram-se as menores quantidades de estabelecimentos agropecuários, com 53 produtores de aguardente de cana (2,51% do valor total). Já o vinho é

produzido em 339 estabelecimentos (2,1% do valor total) e o suco de frutas em 522 estabelecimentos (0,73% do valor total).

Em relação a participação dos tipos de alimentos agroindustrializados no valor total das vendas, observa-se que o queijo e o requeijão representam 46,6%, correspondendo a maior participação. A receita gerada por estes tipos de alimentos chega a R$ 6.953.544,00, uma vez que 69,1% da produção total desses agroindustrializados é destinada a comercialização. Além de possuir um elevado apreço pelos consumidores, o queijo colonial é dotado de especificidades territoriais, especialmente em virtude do processo de colonização da região (VENDRUSCOLO; CERETTA; FROEHLICH, 2019). Na sequência, encontra-se com expressividade comercial a carne bovina, com 10,3% das receitas, seguida pelo melado com 8,3%. Embora o melado represente apenas o sexto produto em valor total da produção (2,9%), na comercialização ele assume a terceira posição e representa fonte de renda para muitas famílias. Esses dados refletem o que Ferrari *et al*. (2013) e Dorigon e Renk (2011) apontaram sobre os alimentos agroindustrializados no Oeste catarinense, em que ocorre a predominância da agroindustrialização dos alimentos que são tradicionalmente produzidos pelos agricultores, tal como o queijo e derivados do leite, melado e derivados da cana e derivados de animais (ovos, embutidos, carnes).

O Censo permite captar parte da diversidade de alimentos agroindustrializados e estimar a expressividade econômica dos valores da produção e das vendas. A comercialização dessa produção diferenciada ocorre de diferentes formas e por diversos canais. Destaca-se que muitos desses alimentos não são vendidos para pessoas urbanas, mas para os próprios vizinhos, sendo comuns as trocas e doações entre vizinhos e parentes. Como afirmado por Wilkinson e Mior (1999), as agroindústrias familiares precisam ter um diferencial para ter acesso aos mercados, o qual lhes possibilite a persistência frente aos produtos das agroindústrias que atuam com economia de escala. É nesse sentido que o enfoque da cesta aponta para a criação de vantagens diferenciadoras das AGFs e de seus produtos e alimentos que possuem qualidades específicas em relação aos das grandes agroindústrias alimentícias (GAZOLLA, 2013).

Os alimentos das agroindústrias familiares se baseiam na reputação de qualidade, que remete a identidade territorial e ao processo de ocupação/colonização do território. Segundo Dallabrida (2012), a valorização da identidade territorial pode consolidar-se na identificação do que é típico do território. Essa associação entre identidade e produto pode ser um dos elementos com potencialidade para conferir uma vantagem diferenciadora em relação a outros territórios e promover um desenvolvimento duradouro. Contudo, para Koop, Landel e Pecqueur (2010), esta diferenciação parte do reconhecimento e ativação das especificidades territoriais, na qual os atores devem agir.

De um lado, os dados apresentados anteriormente expõem uma quantidade expressiva de estabelecimentos agropecuários que agroindustrializam alimentos, seja para comercialização e/ou para autoconsumo. De outro, nota-se que a maioria das famílias rurais não conseguiram atingir os parâmetros necessários para viabilizar um projeto de formalização das agroindústrias. Nem mesmo a comercialização informal da produção ou de parte dela é registrada na ampla maioria dos estabelecimentos, registando-se 8.652 estabelecimentos que produzem e não vendem (número resultante da subtração do total de estabelecimentos com agroindustrialização rural e o total dos que obtiveram renda com atividade da agroindústria rural).

Dada a necessidade de evolução dos mercados informais aos formais para a AGFs ganharem *scale-up*, a forte restrição dos órgãos do Estado pode limitar o desenvolvimento das agroindústrias de pequena escala e dificultar o processo de ativação dos recursos específicos. No caso dos alimentos de origem animal, a legislação é mais difícil de ser alcançada, restringindo ainda mais as possibilidades de comercialização. A título de exemplo, em alguns municípios da região de estudo ocorreu forte ação contra o comércio informal de produtos de

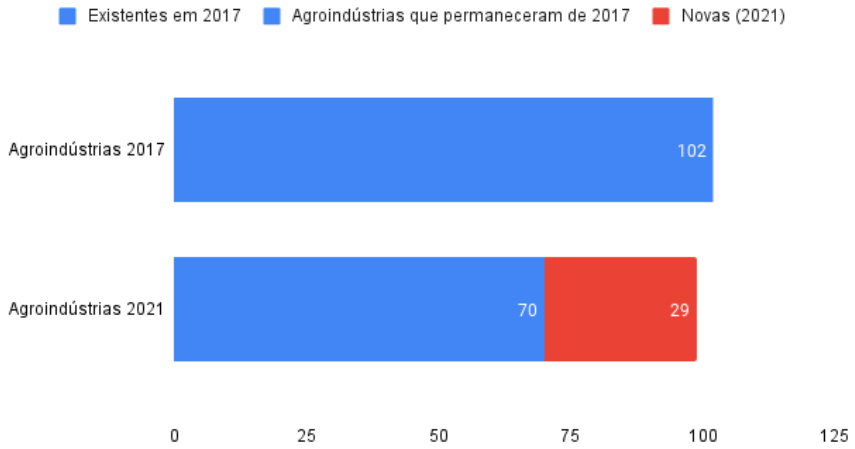
origem animal em feiras municipais. Em outros casos, mesmo após a formalização, como relatado em São Miguel do Oeste (SC), ao dispor de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para poder realizar algumas transações, algumas agroindústrias foram temporariamente impedidas de participar das feiras de produtores. Ao reduzir a presença desses alimentos, o próprio movimento de clientes reduziu, gerando impactos sobre a comercialização dos demais alimentos. Nesse sentido, pode-se apontar que a presença dos alimentos agroindustrializados é indispensável quando se pensa em uma cesta de bens e serviços territoriais.

Já em relação aos dados levantados pela EPAGRI (2017) e pela pesquisa atual (2021), os números de agroindústrias são consideravelmente inferiores aos apontados pelo Censo Agropecuário. Enquanto o Censo considera qualquer tipo de venda, no presente levantamento e no realizado pela EPAGRI foi justamente ser formal ou em vias/condições para a formalização um dos critérios fundamentais para participar da amostra. Outro aspecto é que o Censo levanta as agroindústrias rurais (familiares e não familiares), enquanto a pesquisa da EPAGRI levantou somente as agroindústrias com trabalho e gestão familiar. Outro fator que precisa ser considerado é o apontado por Ferrari *et al*. (2013), que diz respeito a comercialização da produção de excedentes ao consumo familiar. Alimentos tradicionalmente agroindustrializados pelas famílias como os derivados de leite, embutidos, geleias, derivados da cana e bebidas, suco e vinho, são produzidos em primeiro lugar para o consumo familiar. Assim, a ampla maioria das unidades produtivas levantadas pelo Censo não se dedicam a atividade de agroindustrialização com finalidade comercial, comercializando apenas os excedentes. Contudo, o montante de vendas apontado pelos dados do Censo evidencia a demanda dos consumidores por estes alimentos típicos da gastronomia territorial.

O processo de agroindustrialização doméstica foi/é a base para a constituição das agroindústrias familiares (DORIGON; RENK, 2011). A transferência do simbolismo aos alimentos comercializados começa com uma reputação alicerçada na tradição familiar e no saber-fazer e vai se consolidar entre os consumidores de alimentos das agroindústrias (WILKINSON; MIOR, 1999). Nesse sentido, estes alimentos diferenciados podem ser considerados específicos do território (na forma de ativos ou de recursos com potencial para ativação), dado que se forjam em condições únicas e combinam os aspectos materiais (matéria-prima utilizada na agroindustrialização) e imateriais (como o saber-fazer e a tradição familiar) (PECQUEUR, 2001), evidenciando seus potenciais para compor uma cesta de bens e serviços territoriais.

Os dados da pesquisa de campo apontam que as AGFs se encontram distribuídas ao longo do território de abrangência da AMOESC. Verificou-se que elas estão presentes na maioria dos municípios. Apenas um município informou não possuir AGFs, registrando-se a desativação da unidade que constava no levantamento realizado pela EPAGRI em 2017. O Gráfico 1 permite comparar o número de AGFs presentes no território durante o levantamento realizado pela EPAGRI em 2017 e os dados levantados em 2021. Embora registre-se pequena variação entre 2017 e 2021, com redução de 102 para 99 unidades, a desativação foi expressiva. Da lista de 2017, 32 agroindústrias regionais deixaram de funcionar nesse período, registrando-se o encerramento das atividades nos 19 municípios em um intervalo de tempo de quatro anos.

Gráfico 1- Região AMOESC - Números de agroindústrias existentes em 2017 e 2021



Fonte: Pesquisa de campo (2021) e EPAGRI (2019).

A desativação das agroindústrias pode ocorrer por diferentes razões. Dentre as mais comuns podem ser apontadas as limitações gerenciais (ETGES; KARNOPP, 2020), dificuldades em atender a legislação sanitária (VENDRUSCOLO; CERETTA; FROEHLICH, 2019) ou, ainda, a ausência de força de trabalho, dentre outros fatores. Deve-se levar em conta a pandemia de Covid-19 também, que limitou a comercialização de varias agroindústrias, por exemplo, as que participavam em mercados institucionais (fechamento das escolas) ou mesmo em feiras (decretos municipais de *lockdown* em algumas cidades). Sem a construção imediata dos assim chamados mercados digitais, estas tiveram que reduzir a produção, comercialização e, em alguns casos, até encerrar as atividades (GAZOLLA; AQUINO, 2021). Em paralelo, percebe-se que a desativação de alguns estabelecimentos coincide com a constituição de novos projetos. Das agroindústrias registradas em 2021, 70 possuem quatro anos ou mais de existência. Por sua vez, embora não se possa afirmar que as 29 agroindústrias incluídas na presente pesquisa foram criadas no mesmo período, elas expressam a dinamicidade na constituição das agroindústrias familiares.

Entre as agroindústrias levantadas no território da AMOESC constata-se uma diversidade produtiva ligada a história do território. No caso das ações planejadas de articulação para oferta conjunta via ações coletivas, não se registrou cestas de alimentos agroindustrializados, mas casos de vendas coletivas por meio de cooperativas e associações (FERRARI *et al*., 2013). Essas ações são dificultadas ou quase impossibilitadas no caso de agroindústrias que atuam informalmente, visto que estão limitadas aos mercados de proximidade social (face a face) (WILKINSON, 2008). Nesse sentido, a informalidade torna-se uma barreira para a construção e acesso aos mercados territoriais e/ou institucionais (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2015).

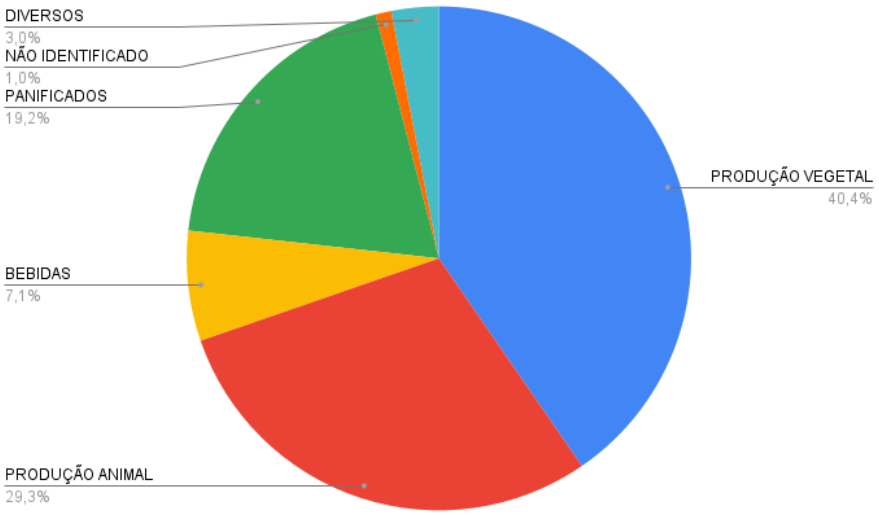
De um lado, a informalidade constitui-se em barreira para as AGFs construir ou participar de uma CBST, pois a abordagem encontra maior expressividade nos mercados territoriais (MOLLARD; PECQUEUR, 2007). Por outro, como observado nos casos empíricos brasileiros, a comercialização da CBST ocorre majoritariamente em circuitos curtos de comercialização (nos municípios ou território) (CAZELLA *et al*., 2019), de modo semelhante ao que ocorre com as AGFs (formais e informais) que escoam a maior parte da produção por esses circuitos (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2015). Nestes casos, tanto os mercados formais como os informais são considerados elementos importantes e constitutivos da cesta de bens e serviços territoriais, já que são um ativo do território construído socialmente pelos atores

ligados a agroindustrialização e que dinamiza economicamente a região em que as AGFs estão inseridas e seus alimentos circulam em diferentes mercados.

A categorização das agroindústrias levantadas segundo seu principal alimento (Gráfico 2) permite tecer algumas reflexões. Percebe-se o predomínio das agroindústrias que trabalham com elaboração ou processamento mínimo de vegetais. Essas agroindústrias representam 40,4% do total (40 agroindústrias). Em seguida estão as de processamento de origem animal, com 29,3 % (29 agroindústrias). Os panificados contabilizam 19,2% (19 agroindústrias). Já a categoria de bebidas representa 7,1% (7 agroindústrias) e as diversificadas representam 3,0% (3 agroindústrias).

Entre as razões para o predomínio das agroindústrias que utilizam matéria prima de origem vegetal pode se apontar a maior dificuldade encontrada pelas de origem animal para atender as normas sanitárias para a formalização. Segundo Gazolla (2020), em muitos municípios registra-se, inclusive, a ausência de Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Mesmo quando presente, outro fator é o elevado custo para adequação da infraestrutura necessária (aquisição de equipamentos, construção de espaço próprio, refrigeração) e a posterior manutenção da agroindústria em que incidem vários tipos de custos de produção, logística e transação (AMORIM; STADUTO, 2008).

Gráfico 2 – Região AMOESC - Percentual de agroindústrias por categoria principal de alimento agroindustrializado



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Na Tabela 2 estão compiladas informações referentes ao principal tipo de alimento agroindustrializado produzido em cada categoria (animal, vegetal, panificados, bebidas e diversificados). Os dados deste levantamento evidenciam a diversidade já apontados pela literatura sobre o tipo de produção das agroindústrias familiares do território (CAPELESSO *et al.*, 2021; DORIGON; RENK, 2011; FERRARI *et al.*, 2013).

Tabela 2 – Região AMOESC - Percentual de agroindústrias por tipo de alimento agroindustrializado.

Categoria	Produtos/alimentos	Ocorrências	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)	Freq. relativa em rel. total de AGFs (%)
Produção animal	Lácteos	9	31,03	31,03	9,09
	Carnes e processados de carne	7	24,14	55,17	7,07
	Mel	5	17,24	72,41	5,05
	Peixes	4	13,79	86,21	4,04
	Ovos	4	13,79	100	4,04
	Total	**29**	**100**	-	**29,29**
Produção vegetal	Derivados de cana	14	35,00	35,00	14,04
	Minimamente processado	13	32,50	67,50	13,13
	Doces e geleias	5	12,50	80,00	5,05
	Conservas	4	10,00	90,00	4,04
	Farinha	2	5,00	95,00	2,02
	Beneficiados	2	5,00	100	2,02
	Total	**40**	**100**	-	**40,30**
Panificados	Pães, bolachas e cucas	18	94,74	94,74	18,18
	Massas	1	5,26	100,00	1,01
	Total	**19**	**100**	-	**19,19**
Bebidas	Suco	2			2,02
	Vinho	2			2,02
	Cerveja	1			1,01
	Cachaça	1			1,01
	Suco e vinho	1			1,01
	Total	**7**			**7,07**
Diversos	Vinho e geleias	1	33,33	33,33	1,01
	Vinho e derivados de cana	1	33,33	66,66	1,01
	Produção vegetal e animal	1	33,33	99,99	1,01
	Total	**3**	**99,99**	-	3,01

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Registrando-se a forte presença dos derivados de cana, lácteos, carnes e derivados, tal como já destacado nos dados censitários. Esses alimentos possuem forte relação com o histórico de colonização que deu base à formação das agroindústrias do território. Esses três tipos de produtos representam 30% (30 agroindústrias) do total da AGFs. Contudo, ao analisar os tipos de produtos isoladamente, as agroindústrias de panificados dedicadas a produção de pães, bolachas e cucas são as mais representativas, com 18 agroindústrias (18,2% do total). Já o

processamento mínimo vegetal (principalmente da mandioca) corresponde a 13,1% (13 AGFs), sendo o terceiro segmento mais representativo. Em relação as bebidas, embora o censo agropecuário aponte para um número muito superior de estabelecimentos, apenas 7 (7,1% do total de AGFs) encontra-se formalizadas ou em transição para a formalização. Por fim, 3% (3 AGFs) agroindustrializam mais de uma categoria de alimentos, como é o caso de uma agroindústria que processa tanto matéria prima de origem vegetal quanto de origem animal.

Normalmente as agroindústrias não agroindustrializam apenas um tipo de alimento. No caso dos derivados de cana ocorre a fabricação de açúcar mascavo, melado e a rapadura. A partir dessa constatação, é possível afirmar que existe uma diversidade de alimentos agroindustrializados dentro de cada categoria (diferentes tipos de receitas, de conhecimentos, culturas alimentares, variados tipos de geleias, uma riqueza de tipos diferentes de bolachas, cucas, pães). Este é um elemento importante no processo de inventariação dos ativos e recursos específicos do território (MOLLARD; PECQUEUR, 2007), pois, pode revelar a especificidade de produtos que são únicos do território e coexistem no mesmo local de produção, com aqueles que podem ser considerados genéricos (CAZELLA *et al.*, 2020a). Ademais, além da singularidade nos processos produtivos e comerciais (MIOR, 2007), a qualidade dos alimentos das AGFs também é reconhecida por meio associação com a origem local, a tipicidade, os recursos territoriais, a `marca da agricultura familiar´, a ideia de produtos coloniais e os conhecimentos e saberes específicos empregados na produção artesanal (GAZOLLA, 2013).

Vale destacar também outro componente do enfoque da CBST que pode ser mobilizado para explicar as dinâmicas e lutas por definição da qualidade nos mercados alimentares, que está ligado a percepção dos consumidores em relação aos alimentos e produtos das AGFs. Muitos consumidores adquirem os alimentos das AGFs por perceberem processos de qualificação alimentar diferentes dos produtos da grande agroindústria e distribuição alimentar. É comum encontrar agroindústrias produzindo e comercializando nos mercados alimentos com qualificações alimentares sociais (selo e propaganda voltada a agricultura familiar), ecológicas/agroecológicas, artesanais, com processos de produção criativos (inovando em receitas e produtos), produtos que resgatam receitas do passado (retro inovação), alimentos com mistura de ingredientes e novos sabores, dentre outras estratégias de qualificação que os atores ligados a agroindustrialização constroem. Isso pode ser considerado um trunfo do desenvolvimento territorial e recursos (alimentos) e mercados específicos de qualidade diferenciada, que geram especificidades aos territórios que os possuem (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2015; CAZELLA *et al.*, 2020a).

Também é importante ressaltar o papel das mulheres para as AGFs. O estudo da EPAGRI (2019) mostra que há um predomínio da ação das mulheres nas atividades de agroindustrialização, principalmente, nas de panificados. De modo geral, Etges e Karnopp (2020) afirmam que a atividade de agroindustrialização nas AGFs é realizada majoritariamente pelas mulheres. De acordo com as autoras, isso se deve ao fato de que são elas que carregam o saber-fazer destes alimentos. Na pesquisa realizada por Amorim e Staduto (2008), as mulheres representaram 61% da força de trabalho das agroindústrias investigadas e na maioria dos casos partiu delas a iniciativa de construir a agroindústria.

Nesse sentido, são inúmeras as singularidades que permeiam o processo produtivo das AGFs, como o processo de formação e ocupação territorial, a história de vida e tradições familiares dos agricultores e, especialmente, das agriculturas que carregam o saber-fazer dos alimentos agroindustrializados e os transformam em ativos específicos. Além de gerar renda para as famílias, as AGFs representam uma potencialidade para a inclusão deste segmento em ações que visam a promoção do desenvolvimento territorial a partir de seus recursos e ativos específicos, de acordo com o enfoque dado pela CBST.

5. Considerações finais

Este estudo teve como propósito articular os conceitos de CBST com as especificidades das agroindústrias familiares e os seus diferenciais de qualidade produtiva dos alimentos elaborados e comercializados nos mercados alimentares. A mobilização desse referencial teórico-metodológico permite tecer algumas explicações sobre o panorama geral das agroindústrias familiares presentes no território da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMOESC), com destaque para a importância dos diferenciais qualitativos e as relações históricas dos atores coinvoltos no território.

Os resultados obtidos permitem apontar que as AGFs estão situadas ao longo de todo o território da AMOESC, o que favorece a articulação de ações coletivas que visem promover o desenvolvimento territorial. Essa espacialidade permite pensar ações e articulações conjuntas no âmbito da associação de municípios, as quais podem se somar a outros produtos e serviços que estão presentes no território, na direção de uma CBST. A pesquisa também demonstrou que as agroindústrias fornecem um conjunto diversificado de alimentos agroindustrializados, contemplando tanto a produção vegetal e animal, quanto o setor de bebidas. Além dessa produção estar associada com a história, cultura e tradição do território, existe a possibilidade de serem revelados outros recursos e ativos específicos relacionado aos conhecimentos e receitas reproduzidas na elaboração de alimentos e seus derivados.

Além disso, a pesquisa demonstrou que as AGFs conseguem qualificar seus alimentos de formas diversas e específicas, o que é um trunfo nos processos de desenvolvimento territorial e um recurso específico do enfoque da CBST (alimentos com qualidades específicas). É comum encontrar dentro da gama de alimentos produzidos e colocados nos mercados locais e territoriais, os com apelos sociais, ambientais/ecológicos, artesanais, com processos de inovação ou retro inovação embutidos em suas características (novas receitas, processos produtivos ou alimentos), dentre outras estratégias de qualificação alimentar que são acionadas pelos atores do território envolvidos em processos de agroindustrialização.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras busquem compreender *in loco* os diferenciais de qualidade; os mercados físicos e digitais construídos e acessados por essas agroindústrias; a participação das cooperativas e utilização de marcas coletivas nas redes sociotécnicas que dão base às estratégias para o desenvolvimento territorial; a relação dos alimentos agroindustrializados com o cenário territorial; os processos de governança dos atores que atuam na atividade de agroindustrialização do território e as políticas públicas; e, por fim, ampliar a compreensão sobre as razões que culminaram com processos de desativação das agroindústrias.

6. Referências

AMORIM, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola, São Paulo**, v. 55, n. 1, p. 15-29, 2008.

BAVARESCO, P. R.; FRANZEN, D. O.; FRANZEN, T. E. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. **Revista Trilhas da História.** Três Lagoas, v.3, n. 5, p.86-104, jul-dez, 2013. Disponível em: http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/download/445/245. Acesso em: 10 abr. 2014.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 32-50, 2001.

CAMPOS, I. História econômica da colonização do Extremo Oeste Catarinense 1920/1980. **Paper do NAEA**, n° 319, Belém, dezembro de 2013. 24 p. Disponível em: www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=342. Acesso em: 15 abr. 2015

CAPELLESSO, A.J. **Crédito e seguro da agricultura familiar**: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência? Tese (Doutorado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CAPELLESSO, Adinor José *et al*. Apontamentos a partir da cesta de bens e serviços territoriais em Anchieta, Santa Catarina. In: X Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento Regional – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva, 2021, evento online. **Anais** [...], 2021. p.1 -20.

CAZELLA, Ademir Antonio *et al*. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.

CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicações no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, 2020a.

CAZELLA, Ademir Antonio; DORIGON, Clóvis; NESI, Cristiano Nunes; ELOY, Ludivine. Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina. **Estudos Sociedade e agricultura**, v. 28, n. 1, p. 21-47, 2020b. Doi: 10.36920/esa-v28n1-2

COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. São Paulo: Grupo Almedina, 2013. ISBN 9789724051376. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000016687&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 4 mar. 2022.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 104-133, 2012.

DALLABRIDA, Valdir Roque *et al*. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Guaju**, v. 7, n. 1, p. 8-80, 2021.
DOI: http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v7i1.80437

DORIGON, Clóvis; RENK, Arlene. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de "miudezas de colonos pobres" aos mercados de qualidade diferenciada. **Rev. de Economia Agrícola**, v. 58, n. 1, 2011.

ETGES, Virginia Elisabeta; KARNOPP, Erica. A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial no Sul do Brasil. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 268-283, 2020. DOI: https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14255

FERRARI, D. L., MIOR, L. C., MARCONDES, T., MONDARDO, M. Agroindústrias familiares e construção social de mercados: situação atual e perspectivas a partir do estado de Santa Catarina, Brasil. *In*: VI CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 6., 2013, Florianópolis, SC. **Anais** [...], Florianópolis, SC, maio 2013.

FRANÇOIS, Hugues; HIRCZAK, Maud; SENIL, Nicolas. Territoire et patrimoine: la co-construction d'une dynamique et de ses ressources. **Revue dEconomie Regionale Urbaine**, n. 5, p. 683-700, 2006.

GAZOLLA, Marcio. Dinâmica e tipologia dos mercados das agroindústrias familiares: a proeminência das cadeias curtas agroalimentares. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 68, p. 1, 2020.

GAZOLLA, Marcio. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas "condições alargadas" de reprodução social. **Revista IDeAS**, v. 7, n.2, p. 62-95, 2013.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29 n.2, p. 427-460, jun/ set. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 7.ed. Barueri: Atlas, 2022.

GIMÉNEZ, Eric H.; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation?. **The Journal of peasant studies**, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

HIRCZAK, Maud *et al*. Le modèle du panier de biens. Grille d'analyse et observations de terrain. **Économie rurale. Agricultures, alimentations, territoires**, n. 308, p. 55-70, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Sistema de recuperação automática de dados (SIDRA). Censo Agropecuário de 2017, Brasília, 2019a. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 17 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo agropecuário de 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, v.8, p. 1-109, 2019b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

KOOP, Kirsten; LANDEL, Pierre-Antoine; PECQUEUR, Bernard. Pourquoi croire au modèle du développement territorial au Maghreb? Une approche critique. **EchoGéo**, n. 13, 2010. DOI : https://doi.org/10.4000/echogeo.12065

KLUG, SANTOS; LIMA. Colonização Européia. Fascículo 3, **Atlas geográfico de Santa Catarina**. 2018. DOI: 10.5965/97885830215203201810 2

LANG, Tim; BARLING, David. Nutrition and sustainability: an emerging food policy discourse. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 72, n. 1, p. 1-12, 2013.

MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, v. 25, n. 1, 2004.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 8.ed, São Paulo: Atlas, 2022.

MCKENZIE, Fiona C.; WILLIAMS, John. Sustainable food production: constraints, challenges and choices by 2050. **Food Security**, v. 7, n. 2, p. 221-233, 2015. DOI 10.1007/s12571-015-0441-1.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, p. 1-15, 2007. Disponível em: https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agriculturafamiliar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

MOLLARD, Amédée; PECQUEUR, Bernard. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services. Histoire succincte d'une recherche. **Économie rurale. Agricultures, alimentations, territoires**, n. 300, p. 110-114, 2007.

NESI, C. N.; DORIGON, C.; BADALOTTI, R. M.; PIEREZAN, S. A transferência de alimentos de agricultores familiares para filhos que moram na cidade: um estudo de caso do Oeste de Santa Catarina. In: Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 4., 2019, Chapecó. **Anais eletrônicos** [...] Chapecó: Argos, 2019. 14 p.

PARSON, K.; HAWKES, C.; WELLS, R. What is the food system: a food policy perspective. In: Rethinking food policy: a fresh approach to policy and practice. London: Centre for Food Policy, 2019.

PECQUEUR, Bernard. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia, Florianópolis**, v. 4, n. 4, p. 135-153, 2006.

PECQUEUR, Bernard. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001.
DOI : https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5217

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial:. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005. DOI: https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243

REITER, J. M. W. *et al*. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina.** Florianópolis, SC: Epagri, 2019.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó, Editora Grifos, 1997. 226p.

REQUIER-DESJARDINS, D.; SALCIDO, G.T. Sistemas Agroalimentarios Localizados (SIAL) y circuitos cortos en América latina. *In*: GUIBERT, M.; SABOURIN, E. (Organizadores). **Ressources, inégalités et développement des territoires ruraux en Amérique latine, Caraïbe et en Europe**. 2020. p.119–131

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rura**l. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SCHNEIDER, Sérgio; FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar–o processo de relocalização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56–71, 2015.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. Seeds and sprouts of rural development: Innovations and nested markets in small scale on-farm processing by family farmers in south Brazil. **Constructing a New Framework for Rural Development** (Research in Rural Sociology and Development), v. 22, p. 127-156, 2015. DOI: doi.org/10.1108/S1057-192220150000022005

TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. In: II Simpósio latino-americano de estudos de sesenvolvimento regional; VI Seminário internacional de integração e desenvolvimento regional; III Seminário da rede ibero-americana de estudos sobre desenvolvimento territorial e governança., 2020, evento online. **Anais** [...] v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/21148. Acesso em: 4 mar. 2022.

VENDRUSCOLO, Rafaela; CERETTA, Caroline; FROEHLICH, José Marcos. O queijo colonial da Quarta Colônia, Brasil: entre artesanalidade, informalidade e tipicidade difusa – a presistência ameaçada. In: SUZUKI, J. C.; LAURENT, F.; ARAÚJO, V. B. (Organizadores). **Transições produtivas, agroecológicas e culturais no campo brasileiro.** São Paulo : FFLCH/USP, 2019. p.142- 168. DOI 10.11606/9788575063743

WILKINSON, John. Sociologia econômica e funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. In: WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2008. p. 85-104.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos sociedade e agricultura**, v.7, n. 2, p. 30 – 45, 1999.